



ATA Nº 5/2024

Aos 29 dias do mês de abril de 2024, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a primeira reunião da segunda sessão ordinária do ano 2024, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

A - Período de antes da ordem do dia

B - Ordem do dia

1. Apreciação e votação dos Documentos da Prestação de Contas de 2023;
2. Proposta para autorizar a participação do Município de Espinho no capital social da Empresa Metropolitana de Transportes a constituir pela Área Metropolitana do Porto;
3. Proposta para autorizar a celebração de um segundo aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências entre a Autoridade de Transportes, a Área Metropolitana do Porto e o Município de Espinho e respetivo compromisso plurianual;
4. Proposta de Plano de Ação do Município de Espinho do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos 2030 - (PAPERSU 2030);
5. Renovação do mandato ou substituição de Rosa Couto como cidadã eleitora designado pela Assembleia Municipal para integrar a CPCJ de Espinho;
6. Renovação do mandato ou substituição de Américo Castro como cidadão eleitor designado pela Assembleia Municipal para integrar a CPCJ de Espinho;
7. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
8. Aprovação das atas da sessão de fevereiro 2024 (reuniões de 29/02 e 27/03) e da sessão extraordinária de 27/03/2024;
9. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

C - Assuntos para conhecimento

- Informação relativa à prática de atos ao abrigo das autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais, relativamente à assunção de compromissos plurianuais no período de 1 de janeiro a 31 de março de 2024.

D – Período de Intervenção do Público

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva, Rui Manuel Martins Fidalgo, Rosa Martins Freitas Duarte, Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Abel Jorge Correia dos Santos, Nuno António Almendra Monteiro Martins, António Manuel Pinto de Oliveira, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Bruno José da Silva Morais e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e do Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros João Humberto Santos Cunha Bastos por José Manuel Alves Novo, José Adolfo Carvalho Rocha por Manuel Augusto Gomes Novais, Álvaro Paulo Alves Leite por Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Manuel Cardoso Pereira, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende por Fausto Manuel da Silva Neves.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes o Sr. Vice-presidente Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas e os Senhores Vereadores Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Pontes Rebelo Maria de Lurdes Santos Ganicho, João Oliveira Passos e Helder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, referindo que a sessão seria transmitida em direto.

Entrando no período de antes da ordem do dia, a Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra a Fausto Neves (CDU) para apresentar o documento; *“SAUDAÇÃO 1º DE MAIO: A Assembleia Municipal de Espinho, reconhecendo que os salários dos trabalhadores portugueses continuam a ser dos mais baixos salários da União Europeia e da Europa, que as suas condições laborais são muito frágeis e injustas, até pela grande precarização dos vínculos laborais, com especiais consequências negativas nos jovens e nas mulheres, que a violação do direito à contratação colectiva, aliado a um quadro legislativo que dificulta o acesso à justiça e, lembrando sempre a importância dada pela nossa Constituição a um emprego com direitos, a um salário digno e a um horário que assegure a conciliação da vida profissional com a familiar, Saúda todos os trabalhadores por mais um aniversário do 1º de Maio, data muito*



querida ao Movimento Internacional dos Trabalhadores que, ao longo dos anos, lutam persistentemente por melhores condições de vida, trabalho e bem-estar social e manifesta-lhes a sua fraternidade e confiança no futuro onde uma nova e diferente política permitirá a construção de uma sociedade justa, sem exploração do homem pelo homem."

Não havendo pedidos de intervenção, o documento foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade

Abel Santos (PSD): *"Moção: Denuncia e reprovação pelo mau serviço prestado pela rede de autocarros UNIR à população de Espinho: Considerando que os serviços de transporte público são essenciais para a mobilidade e qualidade de vida dos cidadãos. Considerando que a rede de autocarros UNIR é responsável pela prestação de serviços de transporte público no nosso município; Considerando que são conhecidas as constantes reclamações e manifestações de desagrado por parte dos utentes relativas a supressão de viagens, não cumprimento de horários e insuficiente informação sobre os mesmos por parte da rede de autocarros UNIR; Considerando que a falta de pontualidade e transparência por parte da UNIR afeta negativamente a rotina e o bem-estar dos cidadãos, prejudicando sua capacidade de cumprir compromissos e comprometendo a sua confiança nos serviços prestados; - Considerando a ausência da afixação dos horários das linhas que servem cada uma das paragens. De momento, um cidadão do nosso concelho vê-se forçado a recorrer a um dispositivo com ligação à internet para poder aceder ao sítio da internet da UNIR e tem de descarregar o horário. Como Espinho está no mesmo grupo de Vila Nova de Gaia, o cidadão terá ainda de percorrer as 89 páginas de horários para encontrar o pretendido. A Assembleia Municipal de Espinho reunida a 29 de Abril de 2024 aprova: - denunciar e reprovam publicamente o mau serviço prestado pela rede de autocarros UNIR à população espinhense, remetendo esta posição à gestão desta entidade referida para que esta tome providencias no sentido de melhorar a qualidade deste serviço fundamental que presta à população de Espinho."*

Intervenções:

Fausto Neves (CDU) disse que havia um movimento geral de venda de serviços de transporte muito suspeito, como a Busway, em Aveiro que arrasou com a concorrência, verificando-se que depois de instaladas as carreiras, houve uma diminuição de carreiras, aumentando o tempo de viagem, denúncias de documentação

e, também, casos de denúncias de documentação falsa dos próprios condutores. No caso da UNIR, viam-se autocarros a circular vazios, sendo que as pessoas desconheciam onde eram as paragens e quais eram os horários. Que, em Espinho, a população estava muito dependente daqueles transportes para fora e dentro do próprio concelho e fez notar que o envelhecimento da população era um problema premente no que tocava à deslocação.

Bruno Morais (BE) sugeriu que fosse acrescentado à moção, a integração de afixação de horários e gráficos de rede nas paragens existentes; a divulgação junto da população e apelo à utilização da rede, sob pena dos veículos circularem vazios, poluindo o ar e fazendo ruído sem qualquer proveito. Que quem quisesse saber os horários tinha de ter acesso a equipamento eletrónico, o que para muitos era complicado, para além de se ter de consultar um PDF com 89 páginas.

Liliana Carvalho (PS) referiu que o PS não era indiferente ao problema. Fez notar que a UNIR não era uma entidade, mas sim uma marca, e que as marcas não se podiam denunciar ou, sequer, exigir-lhes rigorosamente nada. Se a intenção da moção apresentada era propor uma denúncia à entidade de administração pública, mormente a AMP, competente para o efeito e encarregue da conceção e gestão da rede metropolitana de transportes públicos, tinham de ter algum rigor no texto. Que o município de Espinho, por contrato interadministrativo celebrado com o Presidente da Câmara Municipal eleito pelo PSD, delegou na AMP a conceção e gestão da rede metropolitana de transportes públicos e que aquele contrato estava na base da marca. Que o município de Espinho, naquela Assembleia Municipal aprovou a criação de uma empresa metropolitana destinada a gerir aquela rede de transportes exclusivamente no contexto da AMP e que a responsabilidade pela conceção e gestão da rede metropolitana de transportes é da responsabilidade da AMP. Acrescentou que o documento, da forma como estava redigido, era incapaz de produzir efeito jurídico. Sugeriu que, de acordo com a legislação em vigor e competência da Assembleia Municipal fosse exigida a presença da comissão executiva da AMP perante a Assembleia Municipal.

Abel Santos (PSD) disse que acolhiam a sugestão apresentada pelo BE, parecendo-lhes pertinente e acrescentou que a intervenção da vogal do PS parecia-lhes despropositada porque não percebeu o alcance daquela moção. Que estaria atento aos próximos documentos do PS para perceber se teriam cuidado com os formalismos.



Que a intenção da moção era que se fizesse uma intervenção para melhorar o serviço de transportes no concelho.

Presidente JF Paramos disse que a moção era inócua e que não podiam recomendar à UNIR, tinham de manifestar o seu desagrado à AMP com um documento com objetividade e utilizar os serviços da Sra. Presidente da Câmara, membro efetivo da AMP, para que faça chegar àquela entidade, podendo colocar a sugestão no texto.

Abel Santos (PSD) protestou e disse que todos falavam da moção, mas não falavam do problema. Que a proposta podia ser melhorada com contributos. Que importava alertar para os problemas de Espinho e discordava que a moção fosse inócua. Referiu que, embora não constasse AMP, na moção constava "*...remetendo esta posição à gestão desta entidade referida*". Que o objetivo da moção era positivo.

Liliana Carvalho (PS) disse que como já tinha referido, o PS não era indiferente ao problema, apenas tinha chamado à atenção de um formalismo que era importante e que a chamada de atenção foi naquele sentido e não outro.

Abel Santos (PSD) disse que acolhia as sugestões apresentadas, embora não tivesse conseguido perceber o que o PS sugeria introduzir na moção.

Presidente da Assembleia Municipal fez um resumo dos pedidos de alteração que consistiam em incluir as sugestões apresentadas pelo BE e pelo Presidente da JF de Paramos

Presidente Câmara Municipal disse que Espinho foi o primeiro município da AMP a fazer um trabalho de proximidade junto dos cidadãos, criando um gabinete de atendimento que já tinha feito mais de mil atendimentos, protestos e sugestões enviados à AMP. Que tinham feito um serviço de proximidade e tinham feito ouvir a sua voz junto da AMP.

Votação aprovada por unanimidade.

Declaração de voto:

Abel Santos (PSD) "*O PSD congratula-se pelo reconhecimento desta Assembleia que é necessário melhorar. O objetivo da moção é alertar para algo que está mal, para a visibilidade que o assunto tem de ter. Do lado do PSD não há nenhum tipo de intenção de jogos políticos em matéria tão sensíveis como esta, a intenção é que os espinhenses tenham serviços adequados.*"

Teixeira Lopes (PS) *"O problema dos transportes é real e o PS não tem de se preocupar em ocultar algo real. No meio disto tudo aparece, sem confessadamente ser dito, que a culpa é do município de Espinho, o que não é verdade. Pela intervenção da Presidente da Câmara Municipal verificou-se que em Espinho houve a preocupação, desde cedo, de tentar corrigir e melhorar. O PS votou a favor porque se trata de corrigir as anomalias e até alguma incapacidade em que a empresa UNIR não está a funcionar bem. A AMP deve resolver este assunto e que a CM de Espinho, dentro das suas possibilidades, tentou melhorar, alertar e corrigir as anomalias, mas que sozinha, era impossível, tratando-se de um processo da AMP"*.

De seguida, a Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para apresentar o ponto de apreciação e votação dos Documentos da Prestação de Contas de 2023. No uso da palavra a Presidente da Câmara Municipal referiu que o documento traduzia de forma rigorosa e fidedigna a realidade orçamental, patrimonial e económica da autarquia. Disse que, em 2023, tiveram uma receita de capital de cerca de 3.8 M€, despesa de capital de 4.7 M€ o que significava que tinha havido investimento. Que houve um saldo de 4.1 M€ entre a receita corrente e a despesa corrente e que a gestão prudente na despesa corrente permitiria fazer investimentos, para ser feita justiça com os funcionários relativamente ao reposicionamento salarial; assegurar os projetos das comunidades desfavorecidas, suportando o IVA; fazer despesas relativamente ao primeiro direito de habitação e começar os centros de saúde. Que a junção do saldo de gerência de 2022 e 2023 permitiria investir cerca de 1,5M€ na Nave Desportiva, pavimentação de zonas, suportar o IVA dos projetos de arquitetura. Que o município tinha cerca de 7M€ de pedidos de indemnizações em ações judiciais referentes ao RECAFE, Sá Couto, Entrada Norte, entre outras, pelo que tiveram de cativar cerca de 2M€ para possíveis pagamentos.

Filipe Pinto (PSD) perguntou quais os motivos para acumular em dois anos um desvio orçamental entre receitas e despesas de quase 16 M€, que corresponde aos saldos somados entre 2022 e 2023; qual o motivo para deixar 10M€ mais 5M€ de despesas correntes por investir; quais foram as receitas e as despesas dos parques subterrâneos do Recafe e do FACE; quais as despesas previstas na aquisição de bens que levaram a não despender cerca de 1 M€; qual a justificação para o desvio de 2,7 M€ na aquisição de serviços e quais os que deixaram de ser efetuados; quais os



motivos para o não investimento de mais de 800 mil euros na modernização informática.

Nuno Almendra (PSD) perguntou quais tinham sido as principais rubricas que fizeram alcançar o valor de 722 mil euros com a celebração dos 50 anos do município; a que se referiam os 50 mil euros de estacionamento público; a razão de ter havido um aumento das horas extras de 66,17% em 2023, apesar de ter havido um saldo positivo entre a entrada e saída de funções de funcionários, tendo entrado 83 funcionários e saído 79.

Abel Santos (PSD) perguntou onde foi aplicado o valor de 9 mil euros referido no documento em eficiência energética; a razão de ter havido aumento de 100% nas ajudas de custo nas despesas com o pessoal; a que se referia o aumento de 323% em gastos e perdas; perguntou o que eram os gastos, até 31/12/2023, de 36,7 M€ e até 31/12/2022, de 28,3 M€.

Fausto Neves (CDU) disse que Espinho estava em risco de desaparecer do mapa, conforme referido na apresentação do trabalho feito pelo Eng.º Maia Gomes na Biblioteca Municipal, estando num situação de regressão, faltando pessoas em idade ativa, corridas de Espinho pela especulação imobiliária. Perguntou o que o município estava a fazer em investimento visando recuperar a população e a força de trabalho. Precisavam de dar à população escolar condições para se fixar em Espinho, nomeadamente em termos de habitação, de trabalho, e eventualmente ensino superior.

Presidente CME disse que estavam a investir desde o ano passado, sendo que havia todo um trabalho que demorava tempo, tal como projetos, cadernos de encargos, tudo o que era necessário ao processo de contratação. Disse que o município tinha um quadro de funcionários em alguns setores com idade próxima da reforma, faltavam assistentes operacionais, não tinham funcionários para fazer determinados trabalhos porque se tivessem não teriam de pagar tantas horas extras e que, como não tinham aberto concursos, pensava que a entrada de funcionários tinha a ver com a delegação de competências. Quanto aos 50 anos do município, disse que era uma marca única e que todo o dinheiro que se pudesse gastar era um investimento. Que as comemorações decorriam desde 16/06/2023 até 15/06/2024, com imensos festejos, atuações, sendo que Espinho mereceu todo aquele investimento. Disse que a modernização informática estava agora a surgir, com a renovação dos equipamentos

informáticos nas escolas. Que brevemente a internet chegaria ao parque do RECAFE, o que possibilitaria a Via Verde. De seguida passou a palavra ao Chefe da Divisão Financeira que explicou a parte técnica da prestação de contas de 2023 exemplificando com os quadros constante na mesma.

Filipe Pinto (PSD) perguntou o que ficou por fazer, uma vez que havia um desvio de 2,7M€ na aquisição de serviços e questionou quais foram as receitas e as despesas dos parques subterrâneos.

Presidente da Câmara Municipal disse que não tinha forma de dizer os números porque estavam agregados no montante da receita arrecadada.

Abel Santos (PSD) perguntou a razão do aumento de 323% na evolução dos gastos.

Bruno Morais (BE) disse que já tinham quase 25% do orçamento em saldo de gerência, que não foi investido nas famílias e pessoas do concelho. Que a ação judicial da ABB e outras ações judiciais deixava-os preocupados, dado os montantes em causa. Que havia necessidade de rejuvenescimento do quadro de pessoal, nomeadamente de assistentes técnicos e operacionais, mas também de alguns quadros superiores.

Fausto Neves (CDU) disse que a posição da CDU era conhecida e pública, sendo que Espinho merecia muito mais, independentemente dos grandes investimentos havia as pequenas obras de limpeza, do estado dos parques, das ruas que eram aflitivas e que teria sido interessante que a verba de 1M€ que transitava de um orçamento para outro tivesse sido aplicada para pequenas obras na cidade. Que o orçamento destinado aos parques não tinha sido todo aplicado. Que as receitas foram superiores mas a execução da receita foi inferior e a execução da despesa ainda foi mais baixa. Que achavam que devia haver uma comissão de acompanhamento para as transferências de competências do Estado Central que devia fazer uma orçamentação precisa de todos os gastos. Que o prazo para utilização do dinheiro dos fundos europeus para a linha do Vouga estava a passar, tendo sido investido muito pouco, sugerindo que fosse criada uma comissão de acompanhamento. Que cada Câmara municipal criava um logotipo diferente, mas que não se conseguia vender um vinho só com o rótulo. Que a CDU votaria contra o documento.

Nuno Almendra (PSD) disse que para análise política do documento escolheu 2 temas com impacto direto na qualidade de vida dos espinhenses, ou seja, os impostos e a habitação, por entender que a comunidade tinha de estar no centro da ação do poder



de decisão, alheio a guerras partidárias e tomadas de posição calculistas e mediáticas. Que as soluções para a prosperidade tinham de vir de baixo para cima e não de cima para baixo, partindo das pessoas e sentidas pelas pessoas e servindo as pessoas. Que não havia cidades perfeitas, mas havia cidades mais felizes do que outras. Sobre os impostos, disse que houve um aumento da receita fiscal sem que se refletisse diretamente nas pessoas. Que nos impostos diretos, IMI, IUC, derrama e IMT, o aumento da receita face a 2022 foi de 972 mil euros, 11,22% e não se refletia nas políticas adotadas para as pessoas, pois não só aplicava uma redução pouco significativa no IMI em 2022 (0.01%) como manteve a taxa em 2023, sendo que o Espinho era atualmente o concelho do distrito de Aveiro com a taxa mais elevada de IMI e o 3º com a taxa mais elevada dos 17 municípios da AMP e aumentou diretamente a carga fiscal de alguns espinhenses, eliminando o IMI familiar, numa atitude irrefletida da Presidente da Câmara Municipal e facilmente resolvível com uma correção do erro cometido nos documentos previsionais, retirando às famílias elegíveis o desconto de 30, 70 e 140 euros, consoante o número de descendentes. Não era com estas medidas que a Sra. Presidente e o executivo iam melhorar a qualidade de vida dos espinhenses, construir um futuro melhor porque a realidade efetiva da vida requeria aquele tipo de atenções. Que os espinhenses esperavam que concretizassem e mudassem para melhor as suas vidas. A habitação, tema transversal à sociedade portuguesa, afetava as famílias de menores rendimentos e também as da classe média, onde todos se deparavam com dificuldades quer na aquisição, quer no arrendamento. O executivo apresentava uma estratégia local de habitação ambiciosa, que a ser possível concretizar iria resolver uma grande parte dos problemas da habitação, que era uma preocupação transversal a todas as forças políticas. Que o executivo apresentava os seguintes resultados: Em 16/12/2022 foi apresentada a reabilitação do Bloco F, na Ponte de Anta, sendo que a obra se iniciou em março com o fim da obra previsto para setembro de 2023, e, em 12 de outubro, tiveram conhecimento que a obra estava suspensa. Em janeiro de 2024, a Câmara Municipal informou, num jornal local, que estava previsto, para maio daquele ano, a conclusão da obra, ou seja 8 meses de atraso numa obra com duração de 6 meses para a sua execução, e famílias impedidas de estarem nas suas habitações por um tempo estimado de 14 meses. Aquela situação acarretava um acréscimo de custos inerentes ao alojamento dos moradores, ao reequilíbrio financeiro do empreiteiro e à revisão de preços, mas acima de tudo defraudava as expectativas daquele grupo de pessoas que se via privado da sua habitação por um período tão longo. Relativamente à taxa de

execução na habitação, em 2022 tiveram um valor baixo, 1 067 012, 166€ , em 2023 10 008 135, 000€. Aqueles números eram efetivamente uma desilusão, com aqueles níveis de execução, considerava ousado e pouco rigoroso considerar que outros tinham falta de ambição, que desconsideraram de forma inexplicável as pessoas, o território e a realidade do concelho. Que sabia que iria responder que os processos eram morosos, os recursos humanos eram escassos, mas que, em dois anos e meio de mandato conseguir uma taxa de execução média anual de 4.7 na habitação e um investimento médio de 59 mil euros, parecia-lhes muito pouco. Acrescentou que construir uma comunidade feliz que enfrente os desafios atuais e futuros requeria uma liderança firme que mude a cidade para melhor, liderança que apresente programa político ambicioso, mas que não se resume a promessas naquele e noutros setores, que não se refugie na rigidez institucional para justificar a sua inação. Aquela quebra de confiança para com as pessoas, o terem uma liderança inconsequente, sem impacto direto na vida das pessoas agravava o afastamento entre os cidadão e os eleitos, criando espaço para todo o tipo de radicalismos.

Filipe Pinto (PSD) disse que reteve frases como “vamos começar”, “os projetos estão a iniciar”. Houve eleições em outubro de 2021, mas que o PS já estava há dois anos e meio eleito. Que, como membros da oposição, tinham a função de chamar a atenção e que davam a entender que estavam a empurrar para o próximo ano, estavam a aproximar-se eleições. Havia 15 M€ de diferença entre a previsão e a execução, 10 M€ no caso das despesas de capital. Em 2021 as despesas de capital tiveram um grau de execução de 70%, em 2022 de 59% em 2023 de 31%. As receitas correntes subiram devido a um forte acréscimo, sobretudo de impostos, mais de 1 M€ em termos de impostos diretos. Que os espinhenses queriam mais, queriam que cumprissem com o que disseram que iriam fazer.

Abel Santos (PSD) disse que estavam a apreciar a prestação de contas de 2023 e que não se podia desviar as atenções para as nobres intenções e projetos, para o que se ia fazer. Fez notar que era escusado, na apresentação do documento, se ter referido que *...“este Executivo assumiu claramente a opção de não escamotear perante a Comunidade a real situação financeira do Município...”*. Que a prestação de contas era um dos momentos importante do tempo autárquico em que se avaliava o desempenho do executivo municipal através da demonstração dos dados financeiros, execução orçamental, situação patrimonial e resultado da atividade municipal. Nas anteriores prestações de contas, alertaram para um caminho que melhor servia os espinhenses.



Que a falta de estratégia, solidez nas propostas e abandono de projetos essenciais, alguns com financiamento garantido, que iriam melhorar a vida das pessoas mas também a resolução de problemas antigos e profundos da rede subterrânea de abastecimento de água. Que não restavam dúvidas de que foi um ano de estagnação, de retrocesso até em algumas áreas. Perguntou se a cidade e as freguesias estavam melhores ou piores do que há um ano, sendo que consideravam que não estavam melhores, o que podiam constatar olhando a volta, visitando as instituições, as pessoas, os investidores, os empresários e ouvindo o que diziam sobre a ação integradora, solidaria do executivo, sobre a resolução dos seus problemas, das suas expectativas. Os retrocessos superavam e anulavam alguns ténues avanços. O balanço era negativo conforme os espinhenses o demonstravam das mais variadas formas por sentirem que o tempo passava e as promessas de 2021 não passavam disso mesmo, promessas adiadas, decisões enclausuradas nos gabinetes, um labirinto de burocracias e inação, numa estagnação preocupante. Nos documentos previsionais 2024, os eixos fundamentais que pretendiam evidenciar e que seriam alvo de prossecução foram assim citados pela Presidente da Câmara Municipal: habitação, saúde, educação juventude, mobilidade, limpeza e higiene e inversão da tendência de envelhecimento da população, investimento na manutenção e requalificação dos equipamentos municipais e vias de comunicação, aprofundar as relações com as juntas de freguesia, reequilíbrio financeiro. No texto da visão estratégica apresentada, referia a Presidente da Câmara Municipal que *"... os documentos previsionais do município de Espinho para o ano de 2024 espelham, portanto, um conjunto de escolhas políticas, de gestão e de investimento, que gizam responder aos desafios essenciais do município nos próximos anos..."* e ainda *"...prosseguir no esforço de reduzir eficientemente a despesa e potenciar a receita, atual e futura..."* Disse que salvo pequenas exceções, conseguiram falhar em toda a linha, dado que o total de receita executada foi 81.96% e total da despesa executada 67.39%; não houve empenho para fazer mais e melhor com consequências muito nefastas para o município. Perguntou que esperança podiam ter os espinhenses num executivo que tinha aquelas taxas de execução face ao que isso traduzia na prática; alguns dos eixos fundamentais daquele executivo eram a habitação, a rede viária e melhoria do relacionamento com as freguesias. Sobre a habitação o vogal Nuno Almendra traçou o cenário que consideravam sofrível, sobre a rede viária, bastava percorrer a cidade e as freguesias, resultando da falta de investimento do executivo com influência na segurança dos cidadãos, degradação das viaturas, e desenvolvimento económico. Quanto ao relacionamento com as freguesias,

eram públicas as dificuldades de comunicação e colaboração e de costas voltadas não era possível praticar uma política de proximidade que vá de encontro ao bem-estar das pessoas, sendo exemplo flagrante o projeto da USF de Anta e Guetim e também os desabafos do presidente da Junta de freguesia de Silvalde em jornal local. Sobre a água e saneamento, em 2023 a ação passou apenas pela reação às roturas, com o pior indicador da AMP, sendo desperdiçados 192 m³ de água por dia. Que, “se agora é que ia ser e acontecer” como referiu a Sra. Presidente da Câmara, Espinho passaria a ser um estaleiro. Não existia a força para transformar, a paixão para fazer acontecer, a liderança para agregar. A gestão camararia não se podia fechar sobre si própria, não ouvindo instituições e pessoas. Não era aceitável que se mantivesse um sentido de governação da cidade errado, obtuso, ao contrário de potenciar o seu maior capital, força, dinâmica, que lhe retirava a esperança, vendo-a definhar, escura, suja, esburacada. Era mais uma ano perdido que não deixava boas memórias, a prestação de contas isso mostrava e não era uma redefinição da imagem corporativa ou um orçamento retificativo apresentado com pompa e circunstância que iria alterar o rumo de decadência em que a cidade estava mergulhada. Por tudo isso o voto do PSD só podia ser contra pela responsabilidade que tinham perante os espinhenses e por entenderem que Espinho merecia muito mais.

Ana Paula Africano (PS) disse que o documento de prestação de contas tinha uma melhoria no reporte da informação apresentada, com transparência. Disse que as contas se referiam a 2023 e não podiam ignorar eventos ocorridos e que terão perturbado o normal funcionamento da Câmara que absorveu parte daquela energia. Que, muito antes do atual executivo ter iniciado funções, pela cidade existiam um conjunto de edifícios relativamente recentes, cujas varandas encostavam às árvores, sendo os primeiros sinais de que algo corria mal no urbanismo. Que no decorrer de 2023, o Departamento financeiro da Câmara sofreu uma alteração, possivelmente justificada, por algo não estar bem. Foram feitas intervenções com afirmações implícitas sugerindo incapacidade, incompetência e chamou à atenção para o mapa da página 69 - Repartição das Despesas - onde viam que a despesa executada estava aquém do previsto, mas que os níveis de percentagem de cabimentação e de despesa comprometida estavam na ordem dos 90% e a despesa de capital estava na ordem dos 86% demonstrando que as coisas estavam a decorrer, não no seu ritmo normal, dado ter havido um incidente de percurso grave, que ignoraram e quiseram fazer passar um atestado de má vontade. Que a falta de investimento nas redes viárias e na



rede de água não datava de há dois anos e meio. Consideravam que o documento era fiel e reportava com clareza e transparência o que se passou em 2023. Que a Câmara tinha tentado levar a bom porto o que estava previsto e apresentava o que foi executado. Que o PS votaria a favor das contas.

Fausto Neves (CDU) disse que o problema do ano passado era importante a nível da imagem da cidade, mas a questão central era o domínio do poder económico sobre o poder político legal ou ilegal. Havia um problema de imobiliário terrível no concelho porque as forças PS e PSD sempre fizeram uma política sob o interesse do poder económico.

Abel Santos (PSD) disse que não se punha em causa que os documentos espelhavam de forma fidedigna e transparente, o que questionavam eram as opções políticas e não tinham passado nenhum atestado de incompetência a ninguém. Que a rede de abastecimento de água foi um projeto abandonado, o que consideravam errado.

Presidente da Câmara Municipal disse que o quadro de pessoal do município estava de facto envelhecido e não tinham trabalhadores suficientes para assegurar o funcionamento em todas as vertentes, sendo que conseguiam combater a falta de pessoal com horas extraordinárias. Naquele momento, tinham em curso concursos para assistentes operacionais para as escolas, para 12 técnicos superiores, 10 assistentes técnicos e 16 assistentes operacionais. Sobre a falta do desconto no IMI, julgava que o vogal Nuno Almendra se estava a referir a ele próprio como pessoa afetada e fez notar que as famílias mais carenciadas não tinham habitação própria e não eram as mais prejudicadas. Que o município tinha feito tudo o que podia e submeteu todos os projetos ao IHRU no âmbito do seu projeto de habitação, sendo que era preciso a aprovação do IHRU, não tendo culpa se não andou mais rápido. Que não lhe parecia que tivesse havido tantos retrocessos, falavam da Rua 19 da parte de baixo, sendo que a parte de cima daquela rua, que já tinha sido requalificada há menos de cinco anos, estava a abater nos passeios, nos pluviais, com o alcatrão a levantar. Sobre a Rua 19 da parte de baixo tiveram de fazer opções porque não havia dinheiro para a obra da Sá Couto que também não ficou concluída, nomeadamente num pavilhão que não sofreu obras de requalificação. Sobre a rede viária, referiu que apresentava um estado de degradação de há muitos anos, não era de agora, estando previstas intervenções nas vias. Sobre o mau estar com as Juntas de Freguesias, nomeadamente com o Presidente da Junta de Silvalde, referiu que ele lá saberia o que tinha dito, fazendo notar que, pela primeira vez, foram feitos contratos

interadministrativos com as 4 Juntas para requalificação de vias no valor de 300 mil euros. Disse que tinha a melhor relação com os presidentes das Juntas. Disse que ainda hoje se faziam sentir os ecos do incidente ocorrido na Câmara e que estavam continuamente a receber pedidos sobre os processos que não diziam respeito ao atual executivo mas a anos anteriores, o que paralisava os serviços para responder aos pedidos de informação da Polícia Judiciária. Que não houve uma revisão ao orçamento, houve uma incorporação do saldo de gerência. Que no executivo ninguém era incompetente, que queriam fazer, mas fazer bem. Sobre as unidades de saúde, disse que, como sabiam, tinha sido marcada uma sessão extraordinária para o assunto.

Nuno Almendra (PSD) protestou, lamentando que a Presidente da Câmara Municipal tivesse personalizado nele o que devia ser a sua ação. Que, felizmente o seu orçamento familiar não dependia de menos 140€ no IMI e que acreditava que houvesse quem tivesse habitação própria, na chamada classe média, que passavam sérias dificuldades, sendo que o afirmado pela Presidente da Câmara Municipal demonstrava desconhecimento. Que gostava que apresentasse medidas para aumentar a natalidade no concelho, para apoiar os jovens e não ataques pessoais à sua pessoa, o que considerava lamentável.

Abel Santos (PSD) referiu que discordar das opções políticas, não era chamar incompetente a ninguém. Sabia que os problemas na rede viária não datavam de agora e sabiam, pelos comunicados da Presidente da Câmara Municipal, que havia uma garantia assinada, mas que se estavam a referir às freguesias, tendo já sido apresentada uma recomendação sobre Guetim. Que o mau relacionamento com as Juntas de Freguesia existia, como se podia ler nas entrevistas dos Presidentes das Juntas de Anta e Guetim e de Silvalde à imprensa local.

Presidente JF Silvalde protestou e referiu que uma coisa era um Presidente de Junta nunca estar satisfeito com o que fazia e outra era ter a ideologia política que sempre assumiu e à qual era fiel. Que o constante no jornal não era bem o que tinha dito, tendo a comunicação saído deturpada. Que acreditava na honestidade do executivo, estando com ele deste o início e iria até ao final. Que a Presidente da Câmara Municipal tinha trabalhado bem e tinha feito um trabalho contra tudo e contra todos.

Abel Santos (PSD) protestou porque não foi publicado no jornal nenhum desmentido, nenhuma retificação quanto à entrevista.



Presidente JF Silvalde disse que o diretor do jornal lhe deu oportunidade de desmentir, mas que não o fizera, o que estava dito estava dito, e reiterou que, apesar de todos aqueles dilemas e todos os aproveitamentos políticos, um Presidente de Junta tinha muita necessidade de comunicar.

Presidente CME voltou a referir que não tinha nada contra os Presidentes de Junta e tinha com eles o melhor relacionamento, pelo que não devia tentar virar as coisas que não eram verdade. Disse que não tinha dito nada de mentira sobre a situação do vogal Nuno Almendra, ficava feliz que os cento e tal euros não lhe fizessem falta, fazendo notar que para ela, como funcionária pública, faziam. Que era bom que houvesse famílias com um agregado familiar grande, sinal de que havia renovação e jovens.

Nuno Almendra (PSD) protestou referindo que era tão triste uma Presidente de Câmara estar preocupada com a condição socioeconómica dele. Que as taxas de execução baixas tinham a ver com aquele pensamento mesquinho, que em vez de estar preocupada em apresentar medidas concretas para desenvolvimento do município, preocupava-se com o que ele tinha ou deixava de ter. Que era inqualificável.

Presidente CME respondeu que não tinha ofendido ninguém, não estava preocupada com os rendimentos do vogal e não fazia juízos de valor.

Votação: O documento foi aprovado por maioria com 14 votos a favor e 11 votos contra.

Minuta de deliberação: "Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas 2023: A Assembleia Municipal de Espinho, ao abrigo da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL, constante do Anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual), apreciou favoravelmente os Documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício financeiro 2023, que lhe foram apresentados pelo órgão executivo, tendo deliberado votar positivamente os mesmos, em respeito do estabelecido no referido preceito legal. A deliberação foi tomada por maioria com 14 votos a favor, 11 votos contra. A presente minuta, aprovada pelo plenário, possui os devidos efeitos executórios nos termos legais aplicáveis."

Declarações de voto:

Bruno Morais (BE) *“Voto contra com declaração de voto. Queremos enaltecer a qualidade do documento, pese algumas gralhas que não causam impacto nas contas apresentadas. Não podemos votar favoravelmente pois apesar da redução significativa do endividamento do município em 1.615.650,19€, foi executado menos do que o previsto 6.597.140,02 €, mesmo com gastos de 36 735 319,81€, superior aos de 2022, 28.329.921,58 €. Lamentamos ainda que o saldo de gerência em 2023 tenha disparado para 9.967.222,02 € , quase 25% do orçamento da câmara municipal. Preocupa-nos a Ação Judicial da Empresa ABB, a disparidade entre o Montante das ações superior a 6,5 M € sendo os valores das provisões de +/- 2,6 milhões, o que pode afetar seriamente as contas do município e hipotecar ainda mais o futuro. É ainda premente rejuvenescer os recursos humanos da edilidade, com concursos para a contratação de pessoal com a qualificação necessária para as funções. Os trabalhadores do município com mais de 50 anos são 61,79% do mapa de pessoal, sendo que a percentagem de trabalhadores com menos de 29 anos é de 0,69%.”*

Não havendo pedidos de intervenção do público presente, a Presidente da Assembleia Municipal informou que a continuação da sessão seria comunicada oportunamente e deu a reunião por encerrada.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
